



Josué passou mal quando foi intimado a depor. O prefeito disse que estava "contribuindo para a reforma agrária no Distrito Federal"

Polícia apreende fichas

Na busca realizada na prefeitura comunitária de Sobradinho foram encontrados recibos de pagamento

Se o desempregado Mariel Pereira da Silva, 25 anos, fosse 15 minutos mais rápido, teria perdido R\$ 15 preciosos reais. Pai da pequena Mariana, um ano, ele precisou pegar dinheiro emprestado com a sogra para pagar o cadastramento no Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Distrito Federal.

Seduzido com a promessa de ganhar um terreno, Mariel compareceu à Prefeitura Regional Comunitária de Sobradinho. Queria ser um dos candidatos ao terreno. Não deu tempo de ser atendido. Minutos depois, agentes da 13ª Delegacia de Polícia (Sobradinho) chegaram procurando pelo

prefeito comunitário, Josué Gonçalves da Silva, 80 anos.

Na busca feita na prefeitura foram encontrados recibos de pagamento, todos assinados por Josué, além de fichas cadastrais e notas fiscais. Numa das notas, consta uma compra de 10 enxadas e 12 foices, no valor de R\$ 115. A compra foi realizado na sexta-feira, 14 de abril, o dia da invasão.

De acordo com os policiais, Josué ficou muito nervoso. Disse que estava "contribuindo para a reforma agrária no DF". Em seguida, passou mal. Uma viatura de emergência do Corpo de Bombeiros precisou ser chamada.

"Meu pai tem diabetes e sofre de pressão alta", diz uma das filhas. O prefeito foi intimado a prestar depoimento na 13ª DP, onde explicou que foi contactado pelo sindicato para arrumar filiados. E que nunca estimulou a invasão de área pública. José Antônio de Assis, secretário geral do sindicato, afirmou que ele foi indicado para servir de ponte com os trabalhadores. Nunca para distribuir lotes.

Segundo José Antônio de Assis, a decisão de invadir a área foi tomada pelos próprios trabalhadores rurais. "Nós estamos apenas apoiando, dando suporte", completa. Com relação à cobrança de dinheiro, o secretário explica: "Temos uma taxa de R\$



10 para cadastramento e R\$ 2,60 de mensalidade".

Os barracos são feitos de lona. Com as cores azul, amarelo e preto, alguns aparentam estar vazios. Cada invasor vive por conta própria. "No máximo podemos

emprestar um pouco de comida. Mas todos nós estamos na mesma situação", explica Claudionor.

Para garantir que novos barracos não surjam, uma equipe da Polícia Militar fará a vigilância do acampamento. Jonas Maracajá, delegado de plantão da 13ª DP, diz que serão todos os envolvidos vão comparecer para prestar depoimento e os culpados poderão ser indiciados por estelionato e parcelamento irregular do solo. (Roberto Fonseca).